



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 13 de janeiro de 2013

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Produtos importados começam a ser taxados com alíquota de 4% do ICMS ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Banco da Amazônia vai ampliar crédito para R\$ 1,2 bilhão ..... 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Concursos públicos devem abrir 6 mil vagas no Amazonas em 2013 ..... 4 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O GLOBO</b> Governo do PT tira milhões da pobreza, mas abandona metas como responsabilidade fiscal ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>REVISTA ISTOÉ</b> Rumo ao poder ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA.COM</b> Comissão de Ética Pública da Presidência adota sigilo sobre reuniões ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>		EDITORIA
	TÍTULO <b>Produtos <u>importados</u> começam a ser taxados com alíquota de 4% do <u>ICMS</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Desoneração do imposto atende à Resolução 13/2012 do Senado Federal que beneficia o Amazonas**

**Manaus** - As mercadorias importadas que chegaram ao Amazonas nesses primeiros dias de 2013 já foram taxadas com a nova alíquota única de 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A mudança, em cumprimento à Resolução 13/2012 do Senado Federal, beneficia o Amazonas, pois dificulta a ‘guerra fiscal’ por importados, que são os grandes competidores dos produtos do Polo Industrial de Manaus (PIM).

De acordo com o secretário da Fazenda do Estado do Amazonas (Sefaz/AM), Afonso Lobo, a partir de agora, as importações, que têm similar nacional, vão passar a ter operação de 4% de alíquota.

“De modo que onde vai ser consumido o produto terá uma margem maior do que o Estado que está mandando”, disse. Lobo explicou que enquanto a origem fica com 4%, a

fatia do destino é de 13% e mais 17% sobre o valor agregado.

Anteriormente, a alíquota era de 12%. “A alíquota modal era 17%, tinha Estado que praticava até 18%, geralmente, em uma operação o remetente ficava com 12% e o destino com 5%”, comentou Lobo.

Por esse motivo, o objetivo da fixação única de uma alíquota é justamente acabar com a concessão de descontos diferenciados para atrair empresas, o que se convencionou chamar de “Guerra dos Portos”.

De acordo com a Sefaz/AM, nessas operações não será autorizada Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) com alíquotas de ICMS superiores a 4%, para produtos com códigos de origem da mercadoria, instituídos pelo ajuste do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF) 20/2012.

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Banco da <u>Amazônia</u> vai ampliar crédito para R\$ 1,2 bilhão</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**À frente da Superintendência regional do Banco da Amazônia há pouco mais de uma semana, Donizete Borges dos Campos enfrentará como desafio principal a missão de levar os recursos da instituição ao interior**

**Manaus** - À frente da Superintendência regional do Banco da Amazônia há pouco mais de uma semana, Donizete Borges dos Campos enfrentará como desafio principal a missão de levar os recursos da instituição ao interior.

Tendo em mãos mais de R\$ 1,2 bilhão para aplicar no Estado, o novo Superintendente fala sobre como deve ser sua relação com a indústria, as expectativas em relação aos investimentos para a Copa do Mundo e sobre como ele espera 'reerguer' o desempenho do banco, após um 2012 de resultados fracos.

**Nesse momento de transição, como o senhor encontrou a 'casa'?**

O Banco da Amazônia aqui tem muita demanda para atender em todos os segmentos da economia. Como temos três agências em **Manaus**, elas vão ser os pilares de tudo o que vamos realizar na região.

Embora não menosprezemos nenhum município. O volume físico, com o atendimento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família) vai ser mais para o interior, pois aqui não há muito interesse. O bojo maior do volume em valores será na capital.

**Como deve funcionar essa divisão dos recursos entre a capital e o interior? Hoje, há uma disparidade grande?**

Aqui no Amazonas a diferença é maior em relação a outros Estados, por causa da logística da região. **Manaus** fica com cerca de 85% dos recursos, enquanto outras capitais ficam em torno de 20% e 30%. Há um equilíbrio maior em outras regiões. Eu acabei de vir do Tocantins e posso falar que Palmas toma menos recursos do que os municípios.

Mas independente de valores, vou buscar atender a quantidade física de pessoas assistidas. Não vou admitir nenhum município que não seja atendido pelo Banco da Amazônia. Se todos os recursos forem liberados, mas apenas para a capital, não considero que fizemos o nosso papel.

O Amazonas não se resume a **Manaus**. Não vou me sentir confortável se aplicar os recursos somente na capital. Até o dia 30 de junho quero conhecer todas as agências do banco no Estado e conhecer a realidade de cada uma.

**Mas essa concentração maior dos recursos na capital pode ser vista como um problema? Uma questão a ser trabalhada?**

Não. Vejo que é a peculiaridade de cada região. Mas a missão do banco é assistir todos os municípios. Não interessa o volume de recursos, mas sim a quantidade de pessoas, de empresários, produtores que estão no processo produtivo que venham a desenvolver a economia e proporcionar melhor qualidade de vida para a comunidade.

**O banco já mapeou as potencialidades dos municípios do Amazonas?**

Pelo que eu percebi, a pesca artesanal e piscicultura são fortes e movimentam bastante a economia. Mas o que tiver viabilidade o banco vai estar lá apoiando. Estamos fazendo um levantamento e, com certeza, devem existir municípios que ainda não foram atendidos pelo banco. Enfrentamos dificuldades de enviar colaboradores para o interior, pois muitos não querem ir para trabalhar nos municípios mais afastados.

**O que o senhor considera como o maior desafio para a gestão que está apenas começando?**

Estou com R\$ 1,2 bilhão para aplicar. Diante da dimensão e dinamismo das demandas, vejo que isso é muito pouco e acredito que dá para atender muito mais do que isso.

O desafio é esse. Não só alcançar a meta, mas extrapolá-la. Se eu ultrapassar isso e acabar meu recurso, eu vou buscar dinheiro lá fora, dos Estados que não aplicaram.

Sempre faço isso. Hoje mudou muito a administração, pois os bancos estão abarrotados de recursos. É preciso ser mais agressivo. Por isso falo que vamos aplicar esses recursos com tranquilidade.

**Como está sendo, ou será a sua relação com a indústria e outras classes da economia amazonense? Já iniciaram algum diálogo?**

Eu vou visitar nessa semana algumas fábricas e fazer contatos com gerentes para conhecer o parque industrial. Vou me encontrar hoje mesmo (última quinta-feira) com o presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**.

Essas reuniões são indispensáveis, jamais fico longe desse povo. É uma parceria constante que precisamos ter. Encontrei-me também com o presidente da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas de **Manaus**), Ralph Assayag.

Quero visitar o pessoal de Duas Rodas, saber de perto o que aconteceu e não vejo porque não estreitar relações. É um segmento que sustenta boa parte da economia e ainda os vejo como um nicho grande de **mercado**.

**Quais as expectativas relativas à Copa do Mundo, como a hotelaria?**

A demanda vai aumentar mais. Estamos preparados para atender esse 'plus'. Temos linhas de financiamento específicas para hotéis, com tratamento diferenciado no que diz respeito a prazos. O ano de 2013 é o tempo de intensificar esses trabalhos e acredito que o setor hoteleiro vai demandar muito crédito.

**Em relação à concorrência, como o Banco da Amazônia pretende se diferenciar?**

Não vejo como concorrência, mas como parceiros. Ninguém concorre com o Banco da **Amazônia**. Eu vim de banco privado, mas temos um diferencial que ninguém tem na região Norte que é o FNO. Hoje o empresário de sucesso busca diferenças de encargos até de 0,1%, e a nossa diferença de **mercado** hoje está na casa dos 2%. Mas o que está faltando é a sociedade conhecer o que o banco tem.

**Como o banco pretende atingir os micro, pequenos e médios empreendedores?**

Aqui tem tudo que ele vai buscar em outros bancos, e o próprio FNO atende esse perfil. Esse, inclusive é o foco do programa. A regra diz que o fundo é para atender o mini, micro e pequeno, preferencialmente, sem excluir o médio e o grande.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <b>AMAZONAS</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Concursos públicos devem abrir 6 mil vagas no Amazonas em 2013</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Candidatos poderão se inscrever em órgãos federais, municipais e estaduais este ano. O concurso mais esperado é o do Tribunal de Justiça do Amazonas**

**Manaus** - Os concursos públicos no **Amazonas** devem abrir pelo menos 6,2 mil vagas este ano, em órgãos federais, estaduais e municipais, como o do Tribunal de Justiça do **Amazonas** (TJAM), um dos mais esperados, com 258 vagas e salários de até R\$ 19 mil.

Atualmente, são oferecidas cerca de 1,2 mil vagas, em pelo menos oito concursos já confirmados. Outras 5 mil vagas aguardam apenas a publicação do edital.

No País há outros nove com inscrições abertas, três deles para cadastro de reserva e os demais com 1,3 mil vagas. Para profissionais do setor de preparação para concursos, este será um ano de muitas oportunidades, por proceder a um período eleitoral.

Outros concursos anunciados, mas ainda aguardando definição, são os das polícias Militar e Civil. O primeiro, planejado pelo governador Omar Aziz, em 2011, durante o anúncio do Ronda no Bairro.

Naquele ano, o governo realizou um concurso para treinamento e contratação de 2,4 mil novos policiais e um outro edital deveria ter sido lançado no ano passado, para cobrir outras 2,5 mil vagas.

De acordo com o tenente-coronel Euler Ribeiro, da comunicação da Secretaria de Estado de Segurança Pública do (SSP), é justamente a vigência do primeiro concurso que vem atrasando o lançamento do edital.

“Para que haja outro (concurso) é necessário que este expire. O que existe é um compromisso do governador. Mas só vamos poder efetivar depois que este que está em vigor expirar e ele acaba em março”. A previsão é que o certame seja lançado ainda no primeiro semestre deste ano.

O concurso da Polícia Civil, para o preenchimento de 2 mil novas vagas administrativas, era aguardado para janeiro

deste ano. Mas, segundo a vice-presidente da Comissão Especial do Concurso, delegada Lia Gazineu, o edital deve sair até junho.

A **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) também promete o lançamento de edital, com previsão para o primeiro trimestre. De acordo com a assessoria de comunicação da autarquia, a definição da quantidade e especificação das vagas dependem apenas da liberação do **Ministério** do Planejamento.

Existe ainda a possibilidade de realização de um concurso para a **Superintendência** Municipal de Transporte Urbano (SMTU). Mas o mesmo não foi confirmado pela Secretaria Municipal de Administração (Semad).

Em comunicado, o novo secretário de Administração, Luiz Irapuan Pinheiro, afirmou que “a prioridade neste momento é a reforma administrativa da Prefeitura de **Manaus** visando enxugar a máquina pública. A questão dos concursos será avaliada numa etapa posterior”, disse.

#### **Preparação**

De acordo com o diretor do cursinho Central do Concurseiro, Eduardo Araújo, o candidato local não tem a cultura de estudar continuamente para concursos. “Creio que pela grande oferta de vagas no setor privado, os trabalhadores do **Amazonas** não buscam tanto as carreiras públicas”, observa.

Os profissionais da área dizem que é preciso se preparar com antecedência. “Não tem mágica, tem que estudar, é o candidato mais preparado que fica com a vaga”, afirma Gabriel Álamo.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo do PT tira milhões da pobreza, mas abandona metas como responsabilidade fiscal</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA Há pouco mais de uma década, no fim de 2002, o medo de o PT governar o Brasil enlouqueceu o mercado financeiro, fez o risco-país explodir e o dólar romper a barreira dos R\$ 4. Foi preciso uma carta aos brasileiros com a promessa de que seria mantida a política econômica para ganhar a primeira eleição. A tranquila transição foi marcada pela continuidade da cartilha. O novo governo pegou carona no bom momento da economia mundial e colheu recordes nas estatísticas. Nestes dez anos no poder, o crescimento foi maior do que nas décadas anteriores, os juros se instalaram no piso histórico, a inflação ficou dentro do limite nos últimos nove anos e nunca se criaram tantos empregos. A principal conquista foi a saída de milhões de famílias da pobreza e o surgimento de uma nova classe social. No entanto, o aniversário é ofuscado por um coro afinado de críticas: o PT não aproveitou a bonança para fazer reformas e abandonou o famoso "tripé" econômico - sistema de metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal.

A crença é que o Banco Central não mira mais o centro da meta da inflação e aceita uma alta de preços maior para não prejudicar o crescimento. Controla fortemente o câmbio e, para completar, a equipe econômica faz maquiagens nas contas públicas. Essa criatividade do Ministério da Fazenda está na mira dos especialistas.

Para o ex-presidente do BC Gustavo Loyola, o tripé está em baixa. O governo não deixa claro qual é a meta de inflação que realmente persegue. Diz que seus sucessores esperam chegar à meta "quando Deus der bom tempo". Além disso, segundo Loyola, o câmbio é usado como instrumento de competitividade. Ele admite que nunca houve uma flutuação pura, ou seja, o dólar nunca foi realmente livre. No entanto, ataca o intervencionismo atual. E reprova a falta de transparência das contas públicas. O economista resume o "novo mix de política econômica" a juro baixo e câmbio alto:

- Essa política não gera equilíbrio sustentável - diz o economista. - Num ou noutro ano pode funcionar, mas em outros anos pode trazer desequilíbrios como a inflação de volta.

Uma novidade que incitou acusações mais diversas foi a proposta de alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal. O PT

ousou tocar num dogma do governo anterior aclamado pelos economistas. No apagar das luzes de 2012, a equipe econômica driblou o Tribunal de Contas da União (TCU) e enviou projeto ao Congresso para usar o que arrecadar a mais para dar benefícios fiscais. O ministro da Fazenda interino, Nelson Barbosa, diz que foi só um aperfeiçoamento.

**- É uma crítica de uma proposta que não foi lida, sinceramente.**

Até um dos gurus da equipe econômica, o professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo, concorda que o governo tem errado a mão em medidas na área fiscal. Para ele, não era preciso tanto malabarismo. Seria mais honesto admitir que, nos anos mais difíceis, não é possível cumprir a meta de economia para pagar juros da dívida. O acadêmico considera que o país tem uma boa situação fiscal e exorta os economistas que insistem em discutir superávit primário e se esquecem de questões estruturais: as críticas são exageradas, porque ninguém vai abandonar a política de combate à inflação.

**-Tivemos um processo de desindustrialização e o foco das discussões, agora, tem de ser investimento - diz o economista.**

Belluzzo argumenta que o Brasil perde oportunidades de embarcar em revoluções tecnológicas. Com isso, o país dá adeus à chance de tomar mercado dos protagonistas da economia mundial que estão em crise. E continua a depender de produtos básicos.

De acordo com um dos mais ácidos críticos do atual governo, o ex-diretor do BC Alexandre Schwartzman, não há disposição de investir justamente pela falta de regras claras. A seu ver, a atual equipe econômica não consegue fazer um diagnóstico claro e tenta resolver o complexo problema da competitividade com pílulas de incentivos. O economista traça um cenário dramático para os próximos anos: pouco crescimento e inflação alta. Para ele, o maior pecado petista no campo econômico foi não ter feito reformas como a tributária e a trabalhista:

- A gente surfou na onda do crescimento mundial e, quando começamos a crescer, nos esquecemos das reformas -

constata Schwartzman. - E produtividade não é uma coisa que se resolve de um ano para o outro.

- É uma década perdida, já usando um chavão. Até regredimos. As agências reguladoras se tornaram feudos de partidos políticos - completa Loyola.

O economista Carlos Lessa, ex-presidente do **BNDES** no governo **Lula** demitido do cargo em 2004, concorda que reformas poderiam ser feitas e que as perspectivas poderiam ser melhores daqui para frente. Segundo ele, o modelo de crescimento brasileiro baseado no consumo se esgotou, porque as famílias se superendividaram para financiar bens, como automóveis, e isso não veio acompanhado de melhorias na infraestrutura. Ao mesmo tempo, admite que esse consumo pujante está dentro da principal mudança vista com o PT no poder: a distribuição de renda. Com a política de valorização do salário mínimo e com o Bolsa Família, 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta, e 36 milhões entraram na classe média.

**- Essa foi, disparada, a melhor política.**

Obviamente, o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva concorda. "O governo dele desmentiu dois dogmas que se tinha no país: que era impossível aumentar salário sem causar inflação e que era impossível ampliar, ao mesmo tempo, o **mercado** interno e as **exportações** do país", disse, em nota, a assessoria de Lula.

Nestes dez anos, no cenário econômico internacional, o **Brasil** ganhou notoriedade. O sistema bancário nacional passou a ser invejado pela solidez. O país mostrou habilidade de dar respostas rápidas quando a grande crise internacional estourou em 2008. Construiu uma barreira contra a crise com a acumulação de reservas. Pagou as dívidas com o Fundo Monetário Internacional e atraiu investimentos recordes.

Mesmo com todo esse respeito conquistado e com números que atestam a evolução econômica, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, está sob uma saraivada de críticas. Sua demissão foi pedida até pela imprensa internacional. As previsões dos economistas para a economia brasileira caem na mesma velocidade da queda da credibilidade do ministro.

	VEÍCULO REVISTA ISTOÉ		EDITORIA
	TÍTULO <b>Rumo ao poder</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando Pimentel (PT-MG), discute a estratégia de sua provável candidatura ao governo de Minas Gerais em

2014. Em conversa com seu grupo político, Pimentel disse que a presidenta Dilma não se oporá caso ele precise se desincompatibilizar do governo para fazer campanha.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Comissão de Ética Pública da Presidência adota sigilo sobre reuniões</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## MÁRCIO FALCÃO ANDREZA MATAIS

### DE BRASÍLIA

Na contramão do discurso de transparência governamental da gestão Dilma Rousseff, a Comissão de Ética Pública da Presidência parou há seis meses de divulgar as atas de suas reuniões.

Ao todo, deixaram de ser divulgadas seis atas do colegiado, responsável por analisar suspeitas de irregularidades de funcionários federais de alto escalão. Elas se referem a encontros feitos de 2 de julho a 26 de novembro.

Sergio Lima - 24.out.2012/Folhapress

O ex-presidente da Comissão de Ética, Sepúlveda Pertence

Essas atas tornariam públicas justificativas para decisões tomadas pela comissão, como a abertura de investigação de ministros suspeitos de irregularidades e decisões sobre punições.

Entre as medidas que ficaram sem publicidade estão a saída do ex-presidente do colegiado e ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Sepúlveda Pertence e o arquivamento de acusações contra o ministro Fernando **Pimentel (Desenvolvimento)**, que é próximo a Dilma.

Pertence, que integrava o colegiado desde 2007, pediu seu desligamento em setembro do ano passado com críticas à decisão da presidente de não reconduzir dois conselheiros que pediram investigações de ministros.

Reservadamente, ele reclamava também do pedido do governo de ser informado das pautas da comissão.

O colegiado também não publica mais, desde fevereiro, os nomes dos ministros e agentes públicos que deixaram de entregar dados sobre evolução patrimonial.

Uma resolução da Presidência de 2001 determina que as autoridades públicas devem entregar essa declaração confidencial de informações até dez dias após sua posse. O documento trata, por exemplo, dos bens do agente e faz questionamentos para identificar possíveis conflitos de interesse.

### DIRETRIZ

Decreto de 2007, que trata do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, afirma que a atribuição do colegiado é "contribuir para a implementação de políticas públicas tendo a transparência e o acesso à informação como instrumentos fundamentais para o exercício de gestão da ética pública".

Vinculada à Presidência da República, a comissão foi criada em 1999 para analisar casos de abusos e desrespeito a normas e condutas éticas de poderosos funcionários do **Governo Federal**, como ministros e secretários de Estado.

Entre as sanções, estão, por exemplo, recomendação de demissão, de devolução de recursos recebidos indevidamente e censura.

Procurada pela Folha, a assessoria de imprensa da comissão não respondeu às perguntas enviadas.